

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Acompanhamento

Instituidor: GLEIDSON GOMES COELHO
CPF: 001.264.221-50 - **Matrícula:** 195962X
Tipo de Ato: PENSÃO CIVIL - **Processo:** 417000321/2013
Cargo: Atendente de Reintegração Social - Classe Terceira - Padrão I
Número do Ato: 009259-8
Órgão de Origem: Sec. de Estado da Criança (SECRI)

Senhor Diretor

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de pensão civil instituída pelo servidor em epígrafe.

Na análise de sua alçada o Controle Interno opina pela **ilegalidade** da presente concessão.

Trata o presente ato da concessão de pensão civil a MARIA DOS REIS GOMES COELHO (genitora), a contar de 11/09/2012 (data do óbito), instituída pelo ex-servidor GLEIDSON GOMES COELHO, falecido na atividade, nos termos do artigo 40, §§7º, inciso II, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com os artigos 29, inciso II, 30-A, inciso I, alínea "d", 30-B e 51 da Lei Complementar nº 769/08, com redação dada pela Lei Complementar nº 840/2011, de acordo com ato publicado no DODF de 03/12/2013.

Com relação à possibilidade de concessão de pensão por óbito de servidor à genitor e/ou genitora na vigência da LC nº 840/2011, com fundamento no artigo 30-A, inciso I, alínea "d", da LC nº 769/2008, cumpre destacar que, por meio da Decisão nº 665/2014, exarada em sede de consulta, portanto com caráter normativo, ex vi do §2º do artigo 1º da LC nº 01/1994, este Tribunal considerou que:

"1) a percepção de pensão alimentícia por genitor e por irmão não emancipado até completar 21 anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, é condição essencial para fins de concessão de pensão por morte, mas pode não comprovar, isoladamente, a condição de dependente econômico do ex-servidor, obrigando a Administração a perscrutar a real existência dessa dependência". (Grifado)

Ainda, excepcionalmente, ***"a Administração pode aceitar a apresentação de uma ação judicial declaratória de dependência econômica, onde esteja fixado o percentual devido àqueles potenciais beneficiários da pensão por morte, como substituta da pensão alimentícia ali mencionada"***, conforme item 4) da mencionada decisão.

Com efeito, entende esta e. Corte que os genitores do instituidor somente farão jus à pensão estatutária se for comprovada a respectiva dependência econômica em relação ao instituidor **E** que são detentores de pensão alimentícia concedida em vida pelo instituidor, podendo ser

apresentada, alternativamente, ação judicial declaratória de dependência econômica, onde esteja fixado o percentual devido àqueles potenciais beneficiários da pensão por morte, como substituta da pensão alimentícia.

Observe-se que no presente ato, na aba "Dados dos Beneficiários", constam do rol de documentos comprobatórios da condição de beneficiário apenas aqueles aptos a comprovar a dependência econômica em relação ao instituidor. Ademais, conforme relatado pelo Controle Interno, não constam dos autos físicos qualquer comprovação de que a interessada percebia pensão alimentícia do *de cujus*.

Destarte, tendo em conta a Decisão nº 665/2014 (Processo nº 33.368/2013), deve o jurisdicionado esclarecer a concessão de pensão à MARIA DOS REIS GOMES COELHO, genitora do ex-servidor GLEIDSON GOMES COELHO, haja vista não constar do presente ato qualquer informação quanto a sentença judicial que determinou o pagamento de pensão alimentícia à interessada ou quanto a ação judicial declaratória de dependência econômica, onde esteja fixado o percentual devido, devendo, se for o caso, alertar a interessada para que apresente os devidos esclarecimentos ao órgão concedente, ante a possibilidade de o Tribunal considerar ilegal a presente concessão.

Em razão do exposto, sugere-se a realização de diligência para que o jurisdicionado, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências:

I. tendo em conta a Decisão nº 665/2014 (Processo nº 33.368/2013), esclarecer a concessão de pensão à MARIA DOS REIS GOMES COELHO, genitora do ex-servidor GLEIDSON GOMES COELHO, haja vista não constar do presente ato qualquer informação quanto a sentença judicial que determinou o pagamento de pensão alimentícia à interessada ou quanto a ação judicial declaratória de dependência econômica, onde esteja fixado o percentual devido;

II. se for o caso, alertar a interessada para que apresente os devidos esclarecimentos ao órgão concedente, ante a possibilidade de o Tribunal considerar ilegal a presente concessão.

À consideração superior.

Brasília, 22 de Julho de 2014

HUGO MESQUITA PÓVOA - Mat. nº 14179

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 16:26:52 - 21/08/2014